



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

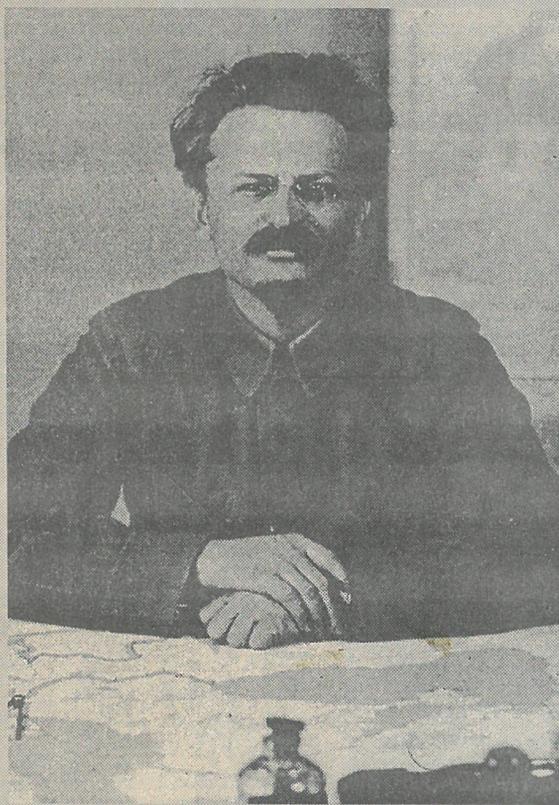
4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 96 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Organizemos a luta nacional contra o desemprego e a miséria Combater nas ruas o Plano FHC e a Reforma de Fome

55 anos do
assassinato
de Trotsky

*"Socialismo
ou
Barbárie"*



*"A crise da
humanidade é
a crise de
direção"*

Trotsky vive
no Programa
de Transição

**Por um tribunal popular para condenar
os assassinos dos sem-terra de Corumbiára
e exigir a entrega das terras aos camponeses pobres
Formar os comitês contra a opressão social e política**

Banco Econômico expõe crise do governo

A intervenção do Banco Central no Banco Econômico foi uma medida para evitar a sua quebra, que teria uma reação imediata sobre uma série de investidores diretos e outra, mais grave, sobre todo o sistema financeiro. As dívidas de 3 bilhões de reais cresciam na velocidade da alta dos juros. Grupos econômicos baianos, nordestinos e de outras regiões do país têm milhões aplicados no banco, que é o oitavo maior do Brasil. O governo procurou agir como um bombeiro e evitar que a quebra do banco atingisse os capitalistas.

De imediato, a oligarquia nordestina reclamou da forma de intervenção. O senador Antônio Carlos Magalhães, principal representante oligarca da região, ameaçou o governo com chantagens, para que fosse dado ao Econômico o mesmo tratamento dispensado ao Banespa. ACM reclamou da limitação de 5 mil reais de saques para os clientes, da falta de garantias para os grandes investidores e da tendência liquidacionista imposta pelo Banco Central. Reivindicou que o Banco Central assumisse o problema, que ajudasse o governo da Bahia a estatizar o banco, utilizando o dinheiro público para sanear as dívidas dos capitalistas. Depois de garantidos os investimentos dos parasitas, então poderia se reprivatizar o banco. O governo se inclinou inicialmente a atender às pressões dos oligarcas, que controlam o PFL e o parlamento, onde se vota a reforma constitucional de FHC.

Os investidores estrangeiros, porém, viram na concessão do governo a utilização de recursos destinados em grande parte ao pagamento de juros e encargos das dívidas externa e interna para cobrir os rombos dos oligarcas. Vetaram a proposta de ACM e exigiram do governo o pagamento imediato dos investimentos estrangeiros no Econômico. FHC e seu ministro Malan cederam, alegando que havia uma lei nos Estados Unidos que garantia o dinheiro dos investidores estrangeiros aqui. E sacaram dos cofres públicos 36 milhões de reais para os parasitas de fora do país.

Mas o governo não deixou de atender parcialmente as reivindicações oligarcas: aumentou o valor dos saques de clientes, emprestou centenas de milhões de reais ao Econômico para garantir os investidores, reduziu o compulsório sobre as cadernetas de poupança, dando mais 2,7 bilhões de reais para os bancos fazerem sua jogatina financeira, e criou um fundo de seguro para os bancos, a ser garantido com dinheiro público.

Um governo nos pés do imperialismo e das oligarquias

O governo mostrou sua submissão às oligarquias, que manipulam o congresso de um lado, e ao imperialismo, que oprime o país, de outro. A derrota parcial da oligarquia nordestina mostra que a burguesia nacional, formada desde o princípio vinculada aos interesses do capital externo, sub-

mete-se ao imperialismo. As divisões interburguesas são historicamente ligadas ao problema não resolvido da unidade nacional, resultado do desenvolvimento atrasado, desigual e combinado da economia capitalista no país semicolonial, sob opressão imperialista. Hoje, essas divisões se agudizam em função das necessidades de sobrevivência das frações burguesas diante de um plano econômico que objetiva destruir uma parte da economia para entregá-la às mãos dos capitalistas estrangeiros. Os diversos grupos econômicos nativos se degladiam, mas submetem-se ao imperialismo.

O episódio mostrou a fragilidade de um governo construído sobre uma aliança entre a burguesia paulista e a oligarquia nordestina, representadas pelos PSDB e PFL. O frágil equilíbrio alcançado nas eleições presidenciais logo se quebrou e as frações lutam entre si para influenciar a linha governamental. A crise econômica, que tem acentuado as tendências recessivas, aumenta os choques entre os bandos capitalistas.

A crise do governo e da aliança que o sustenta é expressão dessa luta intestina da burguesia. A tendência geral é a do agravamento dessa crise, pelo agravamento da situação econômica e pelo andamento do plano anti-nacional e antipopular.

O movimento operário está contido pela burocracia

Na questão do Banco Econômico, o governo se preocupou em atender os capitalistas daqui e de fora do país, garantindo-lhes seus investimentos. Os bancários se revoltaram com a possibilidade de perda do emprego e fizeram uma greve. Voltaram ao trabalho sem uma garantia mais sólida sobre seus empregos.

A quebra do Banco Econômico é a parte de um iceberg: o sistema bancário inteiro está em crise. A resposta proletária a essa situação é a defesa da estatização do Econômico e de todo o sistema financeiro sobre controle operário e de expropriação dos capitalistas que parasitam o sistema e lucram com a jogatina financeira.

A recessão continua impondo demissões aos milhares. Mas as direções sindicais negam-se a organizar um movimento de luta nacional de massa contra o plano e o governo. Preferem a conciliação de classe nos atos junto com a Fiesp. A burocracia direitista da Força Sindical apóia abertamente o plano de FHC. Os vendidos atuam como correia de transmissão no interior do movimento das idéias do governo, que por sua vez são idéias ditadas pelo imperialismo.

A direção reformista da CUT embarcou nos atos conjuntos com a Fiesp para reivindicar menos impostos e juros. Colabora para iludir o movimento operário e leva-o a apoiar as propostas patronais, que fatalmente serão pagas pelos assalariados, através de mais impostos diretos, menos recursos para os serviços sociais ou nos preços das mercadorias.

As greves que têm acontecido mostram uma tendência objetiva a se chocar com o plano. Só a ação da burocracia tem conseguido impedir um movimento grevista nacional contra o plano e o governo.

A defesa das condições mínimas de sobrevivência das massas passa hoje pela defesa da luta nacional de massa contra o plano e o governo, pela denúncia da burocracia que paralisa as organizações de massa, pela formação de uma frente revolucionária antiimperialista e pela construção de um partido operário revolucionário, único capaz de defender a fundo a independência de classe, baseada essencialmente na luta anticapitalista.



A Reforma Tributária de FHC em crise

Depois de conseguir aprovar a reforma econômica, que abre espaço para a penetração do capital estrangeiro e a privatização dos setores estratégicos da economia, o governo investe na reforma tributária e fiscal. O objetivo é criar condições para o pagamento dos encargos governamentais com as dívidas externa e interna, sem que isso leve a uma hiperinflação. Por isso, a essência da reforma é o aumento de impostos, a redução de orçamentos de estados e municípios, as demissões de funcionários e o corte de gastos com serviços sociais (saúde, educação etc.).

Aumento de impostos, para os assalariados

O primeiro passo já se tornou complicado para o governo. A proposta de reforma nos impostos concretiza-se em dois aspectos: aumentar o número de contribuintes e centralizar recursos com a federação. Na primeira parte há acordo dos capitalistas. Querem que se reduza os impostos para as empresas e investidores, e que mais assalariados paguem. A isso chamam de democratização dos impostos. Muitos trabalhadores, que hoje estão isentos do imposto de renda, passariam a ter desconto em folha de pagamento através da redução do piso salarial contribuinte. Aí se vê claramente a transferência de renda dos bolsos dos assalariados para os capitalistas.

Mas a centralização de recursos nas mãos da federação leva ao atrito entre os estados. As frações oligárqui-

cas estão preocupadas porque a centralização dos impostos em mãos federais complicaria ainda mais a situação dos estados e municípios, que estão falidos. A proposta de José Serra de fusão de ICMS e IPI colocaria quase todo dinheiro dos estados nas mãos do governo federal, que só depois o repassaria às regiões. Além disso, o desconto no imposto estadual é instrumento de subsídio dado às empresas nos estados para atrair seus investimentos. Com a centralização, as vantagens desapareceriam, e empresas mudariam de região. Por isso se abriu uma guerra entre estados para propor uma reforma tributária que atendesse às exigências do imperialismo sem modificar as relações atuais entre cada estado. Assim, as diversas propostas surgidas, como a arrecadação nos estados, submetem-se todas a garantir o aumento de recursos da União, para pagamento dos investidores estrangeiros. A submissão atingiu todos, inclusive os reformistas do PT a até correntes de esquerda, que se negam a erguer a bandeira do não pagamento da dívida externa e que só os capitalistas paguem impostos.

Em defesa da estabilidade no emprego para todos

O governo utiliza um discurso moralizador para atender à exigência imperialista de cortar gastos públicos. Os serviços sociais estão sucateados, à beira da extinção. Agora pretende-se reformar a legislação para que se possa demitir livremente o funciona-

lismo público. A redução de despesas com a folha de pagamento de pessoal agravará ainda mais a situação dos serviços sociais públicos, como já vemos acontecer na educação e na saúde.

A defesa do emprego do funcionalismo deve ser estendida para todos os trabalhadores. Trata-se de garantir a sobrevivência da força de trabalho. A burguesia e seu governo são os responsáveis pelo mau funcionamento dos órgãos públicos. Agora fazem demagogia para atender às imposições de seus amos imperialistas.

Rechacemos a demagogia burguesa e lutemos contra a submissão do país ao imperialismo. Que as organizações de massa se coloquem pelo não pagamento da dívida externa, pela isenção de impostos aos assalariados e que só os capitalistas paguem impostos. Que a CUT e os sindicatos convoquem um movimento de empregados, desempregados e funcionalismo em defesa da estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

NACIONAL



Obras Completas de Guillermo Lora

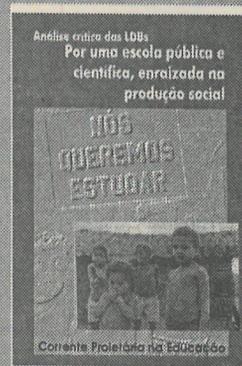
Já foram publicados os 6 primeiros volumes, sendo que já temos todos eles no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

55 anos da morte de Trtotsky

O Congresso de Liquidação da III Internacional
Adquira este texto pouco conhecido e de extrema atualidade de Trotsky com o distribuidor deste jornal

Adquira os materiais da
Corrente
Proletária na
Educação:



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Direção da CUT e Força Sindical unidas em torno da burguesia

O ato de protesto no ABCD, denominado "Brasil, Cai na Real", convocado pela CUT, e o ato de Osasco, convocado pela Força Sindical, tiveram tudo em comum: colocaram de mãos dadas representantes capitalistas e sindicatos. Defenderam os interesses burgueses de redução das taxas de juros, mudança da política cambial etc. Como não poderia deixar de ser, os dirigentes sindicais corrompidos falaram em fim da recessão, mais emprego, distribuição de renda e outras hipocrisias.

O clima dado aos atos foi de proteção aos operários, quando na verdade estes estavam sendo utilizados para apoiar os exploradores descontentes com seu próprio governo. Os atos foram preparados de comum acordo com os patrões, prefeitos, partidos burgueses e Igreja.

Fica claro que os reformistas da CUT/PT é da direita pró-imperialista Força Sindical chegaram, finalmente, ao seu ponto mais alto de identidade política. Isto é, alinhar-se por detrás do grande capital. Os burocratas da CUT, Vicentinho, Heguiberto, Lula, Meneguelli e sua corte, assumiram sua verdadeira fisionomia adotando plenamente a diretriz da Força Sindical. Têm levado cada vez mais a CUT e seus sindicatos à direitização, que quer dizer apoiar uma das frações capitalistas e se submeter ao governo neoliberal.

Os atos ocorreram no momento em que os patrões demitiam em massa. Esses mesmos escravizadores da classe operária estiveram presentes nos palanques de braço dado com Lula, através do

Centro da Indústria do Estado de São Paulo (CIESPs), associações comerciais e partidos aliados a Fernando Henrique Cardoso, como o PMDB e PTB. Esses atos de colaboração entre explorados e exploradores estão dizendo aos operários que não se trata de fazer greves, ocupar as fábricas e sair às ruas contra a burguesia.

Os burocratas corrompidos colaboram abertamente com as milhares de demissões e ajudam a sustentar o desemprego crônico ao subordinarem os sindicatos ao choque intestino entre capitalistas e seu governo. E ao renunciarem a luta pelas reivindicações elementares da classe operária como o emprego e o salário. Está aí porque os trabalhadores devem abrir os olhos contra os traidores e se colocarem por varrer a burocracia que empesteia os sindicatos. Trata-se de formar uma fração revolucionária, que encarne as reivindicações dos explorados, o método de luta da ação direta, a independência de classe, a democracia operária e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Tal tarefa só é possível se ao mesmo tempo os operários conscientes se lançarem decididamente a construir o partido operário revolucionário. Este é um instrumento para a classe operária se livrar do domínio dos reformistas e direitistas, que funcionam como correia de transmissão do Estado e exploradores no interior do movimento operário.

O que de fato acontece

Os sindicalistas vendidos, juntamente com a FIESP, CIESPs e outros, dizem que a onda de desemprego é de responsabilidade apenas do governo. É como se os capitalistas da GM, Ford, Cofap etc, que estão demitindo a rodo, fossem vítimas e que nada têm a ver com a própria política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

A CUT e Força Sindical, ao se aliarem com os opressores, exigindo mudança no plano econômico, passam a idéia à classe operária de que os capitalistas não mandam no Estado e não sustentam o governo, seja ele o que for. Passam a idéia de que não são responsáveis pelas demissões em massa e que estão empenhados em evitar o desemprego.

A falsa separação entre governo e capitalistas é a ilusão de que estes estão do lado dos operários contra o desemprego servem para evitar a revolta da classe operária. Servem para bloquear a luta de classes na situação

de aprofundamento da crise do sistema econômico e do próprio governo. Servem, finalmente, para evitar a união dos trabalhadores em torno de suas próprias reivindicações contra o governo e a burguesia.

O fato é que Fernando Henrique Cardoso é um representante dos capitalistas no Estado. Porém, ao aplicar o Plano neoliberal de ampla desestatização, abertura do mercado interno à concorrência dos poderosos trustes internacionais e de quebra de forças produtivas (recessão, fechamento de fábricas, desemprego) atinge inevitavelmente interesses dos próprios capitalistas, incluindo as multinacionais que possuem reservas de mercado no país.

Acontece que a poderosa fração burguesa, ligada à metalurgia, e comerciantes, ao se colocar por atos de colaboração de classe, indicam que precisam de uma base social para negociar seus interesses com o governo e, sobretudo, para evitar que os operários se rebellem contra eles diante do desemprego.

O fundo do problema não para aí. As demissões em massa, os baixos salários e a miséria que se amplia não são apenas simples produto de uma política econômica. São, na verdade, conseqüências da desintegração da base econômica capitalista. Desintegração que ocorre porque as forças produtivas (trabalho e máquinas) não podem mais se desenvolver no interior da camisa de força que é a propriedade privada dos meios de produção e de apropriação das riquezas.

O capitalismo funciona sempre na direção de aumentar a concentração de propriedade e riqueza nas mãos da ultra-minoria exploradora e expandir constantemente a miséria das massas. Essa contradição se dá em nível internacional. Não é por acaso que o desemprego prolifera no mundo todo, incluindo as potências.

Diante da necessidade de conservar o capital (exploração do trabalho), qualquer que seja o governo está obrigado a impor medidas de redução salarial e desemprego. Em última instância, as diretrizes governamentais estão determinadas pelo curso objetivo de desintegração da base econômica, devido às contradições acima citadas.

É uma ilusão reacionária e covarde dos reformistas (PT e aliados de esquerda) acreditarem na possibilidade de distribuição de renda e abertura de empregos através de pactos sociais, como o demonstrado nos atos. São traidores da classe operária.



Combater o desemprego é lutar contra os capitalistas e seu governo

Por um programa operário e uma campanha nacional em defesa da vida dos explorados

1. Combater o desemprego, exigindo trabalho a todos. Combater as demissões, não admitindo nenhum corte de posto de trabalho, fechamento de fábrica e as malditas demissões voluntárias. Nossa reivindicação e solução para o desemprego é a implantação da escala móvel das horas de trabalho. Esta significa repartir as horas nacionais de trabalho entre todos aptos ao trabalho. Essa luta pode começar pela exigência de redução imediata da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários.

2. Para acabar com a fome, impor o salário mínimo vital, atualmente em torno de 1000 reais. Que nenhum trabalhador ganhe menos que esse piso. Para proteger o valor dos salários contra a corrosão inflacionária, exigimos a reposição integral das perdas e a implantação da escala móvel de reajustes, que quer dizer elevar os salários a cada percentual da inflação presente.

3. Diante da crise de superprodução, que é mundial, e da desintegração da economia capitalista, que aparece na forma de recessão, falências e fechamentos de fábrica, a tarefa que se impõe é lutar pelo controle operário da produção. Isso significa que a classe operária tire das mãos da burguesia as decisões e planejamento da produção. É claro que tal controle só é possível se a classe operária se unir num só exército de combate anticapitalista.

Objetivamente, os operários é que fazem a produção funcionar. Mas é a burguesia que detém o poder absoluto de "planejar" de acordo com a lei do lucro, que inclui planejar redução salarial, aumento de produtividade (exploração) e demissões. Trata-se da classe operária se organizar em torno de um programa antiimperialista (contra o capital externo) e anticapitalista (contra a exploração do trabalho). O controle da produção é um problema político a ser resolvido, pois as condições de desintegração econômica e sociais (desemprego e fome) já estão dadas. Sem o programa do controle operário da produção, os explorados estão desarmados para enfrentarem o flagelo do desemprego.

4. A carestia, os altos preços das mercadorias de consumo popular, como a alimentação, também tem a ver com o domínio latifundiário, a especulação das terras como reserva de valores e baixa produção de produtos essenciais. A classe operária deve apoiar a luta camponesa contra a burguesia latifundiária, defendendo o programa da revolução agrária de expropriação dos latifúndios, nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres. Os comitês agrários devem se combinar com o controle operário da produção.

5. Essas tarefas devem estar ligadas ainda à defesa do teto a todos os explorados, contra a privatização, pela reestatização, não pagamento das dívidas interna e externa, pelo sistema único de ensino e saúde públicos, contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, contra a quebra da estabilidade do funcionalismo público e nenhum imposto sobre os assalariados.

6. Esse programa elementar deve ter por estratégia a expropriação geral da burguesia, através da destruição do Estado capitalista e pela instauração de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Para essa tarefa é decisiva a aliança operária e camponesa. A constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, sob a direção da classe operária, é um instrumento prático para avançar a luta dos trabalhadores contra a opressão nacional e social.

O capitalismo não pode dar emprego a todos e aumenta incessantemente o exército de desempregados. Os cortes como da GM, Cofap, Mafersa, setores de calçados, funcionários públicos, comerciários, bancários etc vão se ampliar ainda mais. As medidas neoliberais recessivas acelerarão esse processo.

A ilusão na possibilidade do capitalismo tomar um outro caminho através da colaboração entre operários e burgueses joga a favor da mutilação de milhões de empregos. A classe operária deve rejeitar as falsas soluções pró-capitalistas, como a de redução da taxa de juros, mudança na política cambial etc.

Temos nosso próprio programa e soluções. As massas devem assumí-los e impô-los através da luta de classes. Esta se concretiza por meio das greves unitárias, manifestações de ruas, ocupações de fábricas, terras, bloqueios e por meio de organização independente, como os comitês de empregados e desempregados, assembleias sindicais e populares, auto-defesa e frente revolucionária antiimperialista.

Ao contrário dos traidores, o Partido Operário Revolucionário defende um programa de transição, que une as reivindicações elementares de sobrevivência dos explorados, como o emprego e salário, com a tarefa de destruir o capitalismo através da revolução e ditadura proletárias. Se os explorados lutarem a fundo pelo emprego a todos, chegarão à necessidade de tomar as fábricas, terras, bancos etc das mãos da burguesia através da insurreição (levante de massa). A capitulação da burocracia sindical e reformistas do PT, que incluem os estalinistas (PCdoB e PPS), ao Plano Real é consequência de sua política de melhoria do capitalismo apodrecido. Assim, acobertam a fonte do desemprego e da miséria e desviam os trabalhadores das verdadeiras reivindicações e soluções. Em suas atividades e propaganda querem fazer crer que a classe operária é impotente para impor as mudanças a seu favor e concluem que elas serão resolvidas pela própria burguesia, cabendo aos explorados apoiá-la.

Em realidade, é o oposto que acontece. Somente o proletariado pode levantar um programa econômico, social e político em confrontação às medidas de desemprego e fome do neoliberalismo.

Nacional



PT um partido corrompido

O X Encontro Nacional do PT foi marcado pela denúncia de um de seus dirigentes do Rio de Janeiro, César Benjamim, que lembrou o fato da candidatura de José Dirceu ter sido financiada pela construtora Norberto Odebrecht. O

acusador não fez mais do que recordar algo de domínio público. No entanto, quase foi agredido pelos militantes da Articulação. Lula se indignou e defendeu acirradamente José Dirceu. Ocorre que as contribuições financeiras do grande capital ao PT não se circunscreveram apenas a candidatura de Dirceu. Lula está envolvido até o pescoço no mar de corrupção econômico-política. O que prova isso é que o PT recebeu dinheiro de uma lista de grandes grupos econômicos, entre eles poderosos banqueiros.

Do ponto de vista político, Lula procurou negociar sua candidatura com a classe capitalista, mostrando que seu reformismo não colocava nenhum perigo aos exploradores. Depois do conflito aberto por Benjamim, José Genoíno publicou um artigo (Folha de São Paulo), intitulado "Qual é a crise do PT?", onde fica clara a conduta corrompida dos altos dirigentes. Depois de fazer charlatanice com o linguajar da ética, revelou em duas passagens seu verdadeiro estado de espírito, que, podemos dizer expressa, o estado político do PT.

Diz: "Com exceção dos fanáticos, ninguém faz política por idealismo puro". "Claro que o PT deve levar em conta a legislação para viabilizar-se eleitoralmente". Na primeira afirmação nega a moral revolucionária, que dirige a conduta da militância marxista. Ou

seja, considera fanático aqueles que colocam sua vida única e exclusivamente para as

transformações revolucionárias, rechaçando os interesses pessoais e as vantagens materiais. Em contrapartida, defende a militância política por interesses que não sejam "por idealismo puro".

Expressa assim sua própria condição de existência de parlamentar corrompido pelas instituições burguesas. No segundo caso, sai em defesa das contribuições dos capitalistas para viabilizar-se eleitoralmente.

Finalmente, uma segunda característica do X Encontro Nacional foi a vitória do candidato José Dirceu e o crescimento do maior controle da Articulação sobre o partido. A esquerda (O Trabalho, Democracia Socialista, Força Socialista) que no IX Encontro previu o declínio da direita (Articulação), se viu duramente golpeada, evidentemente do ponto de vista da luta aparelhista. Sua adaptação ao PT pró-capitalista e corrompido se traduz em negação total do marxismo e da revolução proletária.

Um pequeno balanço da trajetória do PT

Uma das teses fundamentais do reformismo é de que o PT tem de se apresentar como uma alternativa viável de governo democrático e popular. Para isso, deve cumprir pelo menos duas condições: 1) Apresentar uma alternativa programática que seja possível de ser cumprida no interior do capitalismo; 2) Aprofundar a democratização do Estado capitalista e se tornar um partido de massa eleitoral.

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR) tem dito que essa linha oposta à da revolução proletária acabaria por colocar os reformistas como reféns do grande capital. Também prognosticamos que uma vez no poder o PT assumiria as formas de repressão contra as massas.

Uma das primeiras experiências governamentais ocorreu no município de Diadema. O prefeito Gilson Menezes, metalúrgico das greves de 80, logo se corrompeu. O seu sucessor, José Augusto, jogou a polícia sobre a ocupação do Buraco de Gazuza e Vila Socialista. Na mesma linha, se comporta o prefeito Filippi. A segunda experiência foi com Luiza Erundina, que diante da greve dos condutores agiu nos moldes de Jânio e Maluf. A terceira foi em Campinas

com Bittar, dirigente sindical petroleiro que não resistiu aos primeiros encantos do dinheiro. Em Timóteo, Minas Gerais, o prefeito petista foi aclamado pela ex-Convergência Socialista (agora PSTU); não demorou muito para mostrar suas garras. Em São José dos Campos, a prefeita está sendo processada pelos próprios partidos burgueses por superfaturamento de obras. Em Brasília, o recém eleito governador, Cristóvão Buarque, é um amigo do peito de Fernando Henrique Cardoso. No Espírito Santo, Vitor Buáiz, se aliou com Fernando Henrique Cardoso para ganhar as eleições. No Rio Grande do Sul, considerada a mais refinada experiência petista, Olívio Dutra atendeu os interesses da burguesia local, mostrando que a gestão popular nada tem a ver com as necessidades das massas. Em Ribeirão Preto (SP), o prefeito se destaca como o grande privatizador, o mais neoliberal dos neoliberais. A Telma, ex-prefeita de Santos, quando muito se escondeu com a máscara do democratismo. Agora, nesse exato momento, o PT se mostra comprometido com o governo Raupp (PMDB) que massacrou os sem-terra, ocupantes da fazenda Santa Elina, em Corumbiára, Rondônia.

Todo mito de que Erundina reformou a educação municipal, de que Olívio Dutra fez uma administração transparente e de que Telma apoiou algumas lutas dos portuários é soterrado por essa avalanche de corrupção e opressão dos chamados governos democráticos e populares.

Reconhecimento de culpa para permanecer no governo de Raupp

A chacina dos camponeses, em Corumbiára, foi tão brutal, que não há como o governador peemedebista esconder. A direção regional do PT, vendo as conseqüências eleitorais, decidiu pela renúncia de seus seis representantes no secretariado do governo Raupp, ao qual ajudado eleger, com o argumento de ser progressista. A reação de alguns dos militantes integrantes do governo foi de defesa de seus postos.

Emerson Teixeira decidiu-se por permanecer com Raupp e se justificou dizendo que o PT também era responsável, uma vez que era do governo. De fato, era detentor justamente da secretaria da Agricultura. E ainda que não fosse do governo, era responsável pela razão de o ter apoiado nas eleições e ludibriado os traba-





Para Causa Operária, Lula era uma referência operária nas eleições. E agora, depois do massacre, o que diz?

lhadores. Mas o fato de estar coligado com o algoz dos sem-terra agrava sua responsabilidade.

Não é a primeira vez que o PT se mancha de sangue. Na repressão à

Vila Socialista, em que foram assassinados Noraldino e Milton, o prefeito petista de Diadema apoiou a repressão, colocando inclusive a infra-estrutura municipal a serviço das tropas.

A responsabilidade vai mais longe do que se pensa. O Movimento dos Sem Terra, dirigido por uma ala da Igreja, isolou a ocupação de Santa Elina, pelo fato de ser dirigida por uma cisão do MST, disposta a resistir e a não respeitar o critério petista (burguês-latifundiário) de distinção entre terras improdutivas e produtivas. Qualquer isolamento político e material de uma luta dos explorados colabora para sua derrota e, no caso, para o massacre.

É necessário destacar a conduta de Lula. Criticou o governo FHC, isentando de culpa Raupp, como se ambos não fossem irmãos siameses.

Chegou a declarar na imprensa que acataria a decisão do diretório regional de permanecer ou não no governo. Não é à toa que, encontrando-se com Raupp, lhe deu um amigável abraço.

A política de alianças do PT com partidos da burguesia fala mais alto do que a bárbara chacina. Provavelmente, estes acontecimentos devem estar previstos no seu ideário petista de democracia e convivência civilizada entre capital e trabalho.

O curioso é que Raupp, para se safar, passou a responsabilizar o PT pelas ocupações de terra. O que provocou indignação do novo presidente do PT, José Dirceu, também um político refinado da democracia capitalista. Onde já se viu responsabilizar o PT por tamanha subversão da propriedade privada? De fato, o democrata Dirceu tem razão em se enfurecer com tal mentira. O certo mesmo é o que declarou, à Folha, o secretário petista: "O PT estava no governo e também é responsável pelo que aconteceu em Corumbiára".

Nacional



Convocar um Tribunal Popular para julgar os responsáveis do massacre.

Não era necessário constatar que os camponeses foram fuzilados depois de se entregarem, com tiros na nuca, cabeça e costas, para se qualificar de chacina. O requinte de crueldade é próprio da violência reacionária do aparato militar da burguesia-latifundiária.

O essencial é que se trata de um crime capitalista contra os explorados. É a utilização da guerra civil, mesmo estando os sem-terra despreparados para tal magnitude da luta de classes. O proletariado e o camponato devem compreender que o massacre é fruto do choque dos explorados contra a propriedade privada dos meios de produção. É um embrião da guerra civil da burguesia em defesa do capitalismo e de seus privilégios de classe exploradora.

Quando Raupp exonera o comandante, apenas está escondendo o papel do Estado na violência de classe. Quer dar a idéia de que foi excesso,

falta de preparo e descontrole emocional frente à morte dos dois policiais. Para obscurecer ainda mais o essencial, a Igreja e organismos de direitos humanos procuram dar a idéia de que as mortes são consequência da falta de democracia. Os reformistas dizem que é porque o governo federal não faz a reforma agrária. No fim de tudo, sobrarão lamentações.

Nossa conduta é de revelar aos trabalhadores a raiz da chacina, ou seja, o domínio capitalista da propriedade dos meios de produção, que inclui as terras, o regime de exploração do trabalho e a presença da ditadura de classe da burguesia através do Estado. Eis porque levantamos a bandeira de constituição de um Tribunal Popular, constituído por representantes de fábrica eleitos, do movimento camponês e outros setores de trabalhadores. Somente assim poderemos levantar um movimento pelo julgamento dos criminosos e de

responsabilização dos governos, incluindo a posição coligada do PT no governo Raupp.

Também é necessário que os trabalhadores tirem toda a lição do acontecido, ou seja, de que é necessário formar os comitês de auto-defesa no campo e na cidade.

Convocamos todas as correntes que condenaram a chacina, o governo Raupp e o próprio PT a se colocarem ativamente pelo Tribunal Popular. A exigirem a condenação efetiva dos responsáveis e atravarem a luta contra o capitalismo.

Causa Operária e o massacre:

Uma acusação infame, por uma seita sórdida.

O grupo Causa Operária, que não honra o nome que ostenta, diz que o POR acobertou a responsabilidade do PT, ao omiti-lo em seu panfleto. Por que faríamos isso? Por acaso apoiamos o PT nas eleições? Temos algum tipo de compromisso explícito ou

oculto com os reformistas? Não nos pautamos por críticas sistemáticas ao PT e a sua Frente Popular? Não temos denunciado esse partido e seu braço sindical por sua conduta pró-capitalista?

Para que uma corrente política oculte a responsabilidade criminosa de outra deve ter uma forte razão. Causa Operária acusa sem explicar.

Temos a certeza de que quem acompanha a trajetória da TPOR deve ter se perguntado o porquê dessa acusação. Esclarecemos o primeiro ponto, não para dar satisfação a CO, mas para não permitir que nos enlameie diante dos incautos.

Nosso panfleto saiu imediatamente à chácina. Não temos ainda o partido organizado em Rondônia. Tínhamos de nos valer da imprensa burguesa. Eis porque não nos era possível uma avaliação de toda extensão do problema. Por isso nos limitamos à seguinte crítica: "Sabem (os trabalhadores) que as direções dos sindicatos, da CUT, Força Sindical, CGT, MST não convocarão os explorados à luta. Sabem que as direções corrompidas pelo capitalismo apenas condenarão em palavras o massacre".

Logo em seguida ao panfleto, de posse de mais informações, publicamos o Massa 95, onde se diz: "O PT participa no governo de Valdir Raupp (PMDB) na Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária e outros cargos de confiança. Isso porque ajudou a eleger o governo que agora massacra camponeses. Sua atitude foi a de condenar em palavras a chacina, que certamente deveria estar nas suas previsões como secretário do governo". "O pedido da direção do PT para que o governo destituisse os militares responsáveis pelos acontecimentos mostra bem a miserável política dos reformistas. Agora, resolveu sair do governo para se descompromissar do derramamento de sangue".

Paramos aqui a citação porque é suficiente para desmascarar a infame acusação de CO. Resta-nos ainda uma pergunta: por que CO precisa usar de um expediente tão baixo? Pelo visto o POR é a corrente que mais tem analisado e criticado as posições políticas deste grupo. E toda crítica converge à conduta de CO de subserviência eleitoral perante o PT. Temos insis-

tido que CO fez uma revisão na estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado), substituindo-a pela fórmula de governo dos trabalhadores, tradicionalmente defendida pela ex-Convergência Socialista. Isso para se adaptar ao eleitoralismo do PT. Todo vai e vem de CO decorre desta revisão.

Pois bem, esse grupo sempre guardou silêncio. A nossa última crítica foi em torno do apoio de CO à candidatura de Lula, que argumentou de que este não expressava a Frente Popular e se constituía numa referência para os explorados. O POR acusou CO de capitular diante do caudilho corrompido na escola da política burguesa. Enquanto o POR chamou o voto nulo programático, CO fez campanha para Lula, sob o manto da Frente Popular.

Quem esteve certo, o POR ou CO? Quem se manchou com o reformismo, o POR ou CO? Por acaso Causa Operária continua achando certo ter apoiado Lula, depois do massacre de Corumbiára e sua conduta de acobertamento de Raupp e seus secretários petistas?

Os marxistas autênticos, que desgraçadamente ainda são poucos, sabem que não se combate uma outra corrente, por mais adversária que seja, com mentiras, falsificações ou distorções. A crítica é uma arma de revelação da verdade, ou seja, do conteúdo real de classe de uma determinada política. Por isso, tem como irmã inseparável a auto-crítica, que a direção de CO nunca se utilizou para corrigir seus disparates.

Essa seita sórdida não manchará o embrião do Partido Revolucionário com a mesma nódoa contraída por sua adaptação ao eleitoralismo petista e seu seguidismo a Lula. Não poderá reverter sua crise tentando nos arrastar para o seu chiqueiro.

Afuse

Demissões na Educação

O Governo Covas, seguindo as diretrizes neoliberais de FHC, vem, através de decretos, destruir por completo a Escola Pública.

A contenção de gastos virá na forma de demissões dos funcionários da educação.

A demissão "voluntária" não passou de uma farsa, pois procurou abranger os funcionários mais antigos (QSE); alguns poucos do QAE com estabilidade e do QM efetivos ou nomeados. Mas foi devidamente rejeitado.

A Secretaria da Educação impôs as avaliações aos funcionários e professores concursados com menos de 2 anos no estado. O critério para a avaliação é desconhecido e o que se sabe é que estes avaliados serão demitidos.

Os funcionários contratados por um ano estão correndo o risco de serem demitidos antes de terminar o prazo das contratações.

A política de contenção de gastos, tão anunciada na mídia, não justifica as demissões de funcionários,

pois as escolas estão com seus quadros deficitários.

Para a privatização é preciso que se arroche mais ainda os salários, até um nível insuportável, obrigando os funcionários a pedir exoneração. Esta política trás, além do mais, o sucateamento dos prédios escolares, o rebaixamento do salário dos professores, um currículo escolar distante da realidade do aluno, que faz com que ele despreze a escola ou engorde os números de evasão escolar.

Como estas medidas obtiveram poucos resultados, o governo ameaça com o fim da estabilidade e as demissões.

É preciso lutar com unhas e dentes contra esta política neoliberal sucateadora e construirmos um sindicato forte, de luta, que não se restringe à negociação e abaixo-assinados.

Achamos que a Afuse deve convocar imediatamente uma assembléia para discutir a questão das demissões e avançar a luta com o método da classe (greve).



O significado da Reforma de Ensino de FHC

O Ministro da Educação, Paulo Renato, lançou a Reforma no ensino de 1º grau. O conteúdo central é responsabilizar os estados e municípios somente com o ensino básico. Segundo, a proposta governamental, o objetivo é obrigar os estados e municípios com a aplicação de 15% da arrecadação na educação básica.

Fala-se da criação de um Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com critérios de aplicação do dinheiro. Determina que o custo/aluno anual ficará em torno de 300 reais. Diz o Ministro que é impossível estabelecer um piso nacional de salário para o professorado, e que "a média salarial mensal dos professores equivalerá, por norma legal", ao custo per-capita anual de 300 reais por aluno.

Põe fim em algumas conquistas do magistério, como a "extinção do abono de faltas, número excessivo de faltas justificadas e licenças". E completa com a promessa de que o teto salarial não poderá ser maior do que o dobro do piso em cada categoria docente.

Esse conjunto de medidas, que segundo o governo tem por finalidade valorizar

o magistério e combater o analfabetismo, nada mais é do que a imposição do Banco Mundial, já acordado na Conferência Mundial de 1990, que visa reduzir a responsabilidade do Estado com a educação em nível médio (2º grau) e com o superior (3º grau).

A descentralização do ensino, como dizem, tem como conteúdo central a municipalização e a privatização de níveis inteiros de ensino. A vergonhosa "valorização" proposta pelo governo do PSDB significará a instituição legal (através de lei) de um "piso" de 300 reais, menos que a metade do salário mínimo vital (hoje em torno de 1000 reais).

O governo impõe um conjunto de normas punitivas ao magistério, que vão desde a eliminação das licenças até os abonos de faltas.

A obrigatoriedade de aplicação de 15% no ensino básico é o mesmo que determinar que milhares de milhares de crianças permanecerão fora das escolas, pois isso significa por volta de 2% do PIB, o que não é nada. Sem dizer que os demais níveis de escolaridade ficarão à mercê da boa vontade dos governadores e da ofensiva des-

tes para a ampliação da privatização.

Essa reforma de ensino foi aplaudida por inúmeros governadores, entre eles Covas e os petistas Cristovão Buarque e Vitor Buaziz. Quem não gostou da idéia foram os prefeitos que têm os municípios falidos e que terão de arcar com o ensino básico. Está aí porque dizemos que a municipalização é mais um passo para o sucateamento das escolas públicas, na linha do Plano Decenal.

Os trabalhadores em educação e estudantes deverão rechaçar mais essa imposição do Banco Mundial e levantar um programa de defesa do ensino público, gratuito e científico, enraizado na produção social. Tal programa implica na luta pela extinção do ensino privado e no combate à política neoliberal do FHC.

Educação

Natal

A farsa do Reitor democrático petista

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi eleito com grande apoio dos estudantes, sindicato dos funcionários (Sintest) e professores. Foi o candidato da esquerda. Assim definido devido seu passado político. Desse modo, os estudantes do PT, PCdoB etc chamaram os trabalhadores e estudantes a votarem em Ivanildo Rêgo.

O DCE, dos apolíticos carreiristas, pulverizou-se em diversos candidatos: "cada um tem sua escolha individual". Esta foi a justificativa.

Pois bem, a atuação do Reitor da "esquerda" é a do homem da "Qualidade Total", da tercerização, enfim, do projeto neoliberal para as universidades. Assim, estalinistas e petistas cobriram com a máscara de esquerda um Reitor pró-imperialista.

Vejamos: O Reitor está querendo fazer uma reforma administrativa. Os pontos:

1) Qualidade Total: quer transformar a Pró-reitoria de assistência estudantil em departamento. Porque só pode haver seis pró-reitorias e ele quer criar a pró-reitoria de recursos humanos. Isso pode piorar a situação do restaurante universitário. Já se fala em extinguir os passes de almoço fornecidos aos residentes;

2) Municipalização da saúde: o objetivo é entregar os hospitais e postos de saúde universitários ao município de Natal. Sabemos que isso será o seu sucateamento final;

3) Fechamento de creches: A UFRN possui duas creches dentro do campus e uma no conjunto Mirasol. Este, junto com a AFURN, a mantém com material, mão-de-obra etc. Mas o Reitor da "esquerda" acabou com isso;

4) Fechou os Campi: Nova Cruz, Macau e Santa Cruz foram os municípios que ficaram sem os Campi. Determinou o remanejamento de professores e funcionários para UFRN. Até mesmo a oligarquia regional ficou descontente com essa decisão;

5) Poder aos professores: quer diminuir a representação estudantil e funcional para 30% e garantir 70% aos professores.

E passar de um quinto a representação estudantil nos colegiados para um décimo.

O Reitor petista não consultou sequer os sindicatos que o apoiaram para preencher os cargos da reitoria. Mas já os chamou para pedir apoio a sua "reforma estatutária", que consta dos pontos acima.

O Reitor da "esquerda" tem no seu primeiro escalão membros do PMDB e da burguesia oligárquica. A exemplo de Umbelino, homem da Refinaria no RN, o prefeito do Campus, Josilene (PMDB), e a pró-reitora de Recursos Humanos, Ana Célia, a mulher da "Qualidade Total do SEBRAE".

Como podemos ver, os petistas e estalinistas do PCdoB se curvam diante da burocracia universitária e da própria reforma neoliberal. Por essa via, não se ampliará a democracia universitária como dizem defender. Ao contrário, se reforçará o totalitarismo do Estado no interior do ensino. Nossa tarefa é defender a verdadeira autonomia universitária, que significa implantar o poder soberano da assembléia universitária, que deve se encarregar de um governo tripartite, eleito diretamente, onde predomine a vontade da maioria.

Trata-se de arrancar a universidade do controle do Estado e expulsar a burocracia, que serve de correia de transmissão dos interesses da burguesia oligárquica. É necessário que estudantes, funcionários e professores assumam um programa antiimperialista e anticapitalista para de fato dar substância à bandeira de autonomia universitária.



Eleição do Conselho Universitário - USP

No próximo dia 19 de setembro, os alunos da USP estarão escolhendo 8 representantes para o Conselho Universitário (CO). O CO é o organismo de maior poder na USP. Mas a escolha de 8 representantes alunos não quer

dizer que possam decidir alguma coisa. Ao contrário, a participação de alunos em todos os organismos de decisão da USP só chega a 10%. Isso acontece também nas congregações das escolas e nos conselhos de departamentos. Quem toma as decisões de verdade em todos esses organismos são os representantes de professores, que têm 80% dos votos.

Com essa estrutura de poder, a universidade é dirigida por uma burocracia universitária, formada por uma camada privilegiada de professores. Essa burocracia é eleita de forma antidemocrática, baseada em critérios medievais de hierarquia, onde quem tem maior qualificação formal tem mais poder. Por isso, em geral, a burocracia é formada de professores ligados ao aparato governamental e às grandes empresas privadas. Com esses compromissos, a burocracia age sempre em favor da política do governo de turno e dos interesses dos capitalistas. E busca colocar a universidade a atender esses mesmos interesses.

Por isso, os dirigentes das universidades têm trabalhado para adaptá-las à política de cortes de verbas do ensino público dos governos e para submeter o ensino e a pesquisa a interesses privados. Por trás do discurso de uma falsa modernização da universidade, esconde-se o reacionarismo de tecnização, especialização e corpo-

rativização do ensino (todas anticientíficas) e o caminho da privatização. A atual situação de vários cursos, que encontram-se sem professores sequer para lecionar as disciplinas obrigatórias de currículo, as propostas de divisão de faculdades em função de interesses burocráticos, a destruição da assistência estudantil (moradia, alimentação, saúde etc.), a submissão de projetos de ensino e pesquisa a financiamentos de grupos privados, e a cobrança de todo tipo de taxas de serviços indicam claramente esse caminho.

Os interesses estudantis (e os da comunidade toda) se opõem aos interesses da burocracia universitária. Buscamos nossa formação profissional e científica na universidade. Os estudantes esperam que a universidade esteja bem equipada, com bons professores e funcionários e em quantidade suficiente, com bibliotecas atualizadas, em condições de garantir o estudo dos estudantes com a assistência estudantil etc. Nessas questões mais básicas já nos chocamos contra a política dos governos, aplicada pela burocracia universitária. Assim, se queremos mínimas condições de ensino, temos que lutar contra a política sucateadora e privatizadora da burocracia, e isso implica em lutar contra o poder autoritário dessa burocracia na universidade.

Porque participar do CO

Certamente, não vai ser no CO que nossas reivindicações e as de toda a comunidade universitária serão atendidas. O CO é totalmente controlado pela burocracia. A participação de representantes de alunos só tem sentido se for utilizada:

1) Para denunciar a estrutura antidemocrática de poder da universidade e para mostrar aos alunos que o caminho para a solução dos problemas da universidade não está nos organismos burocratizados, mas na ação direta, na mobilização.

2) Para levar ao conjunto dos alunos as informações sobre as ações da burocracia, suas decisões etc. e utilizar essas informações para auxiliar na luta estudantil.

Nesse sentido, nos increvamos na eleição para o CO. Sabemos que existe uma enxurrada de eleições de todo tipo ao longo do ano (CA, representantes nas unidades, nos departamentos, DCE, UNE etc.), que têm com uma participação muito pequena dos estudantes. No ano passado, a eleição de representantes para o CO

contou com pouquíssimos votos. Nosso objetivo não é alimentar nenhuma ilusão de que depositando votos em urnas se mudará a universidade, e sim chamar os estudantes da USP a se mobilizarem contra o sucateamento e a linha privatizante impostas pela reitoria, pelo Cruesp (Conselho de Reitores) e pelos governos estadual e federal. Nossa participação nessas eleições tem como objetivo denunciar o domínio da burocracia e defender um programa de luta.

Chamamos o voto nos seguintes pontos:

1) Organização da luta estudantil contra o sucateamento da universidade. Trata-se de uma luta que se opõe objetivamente ao plano neoliberal de FHC e à sua reforma constitucional, destruidores dos serviços sociais públicos (saúde, educação etc.) em benefício do parasitismo financeiro. Por isso é necessário a aliança com os movimentos operário e popular, por todo o país, para pôr abaixo o plano neoliberal e a reforma antinacional e antipopular.

2) Defesa da universidade pública e gratuita para todos. Isso implica: a) reivindicar mais verbas para as universidades públicas; b) defender o fim do ensino privado, através da estatização das escolas privadas, que devem ser postas sob controle da comunidade universitária; c) fim dos odiosos vestibulares, que excluem os estudantes de menor renda e alimentam as escolas e cursinhos particulares - assim teremos o livre ingresso no ensino superior.

3) Por uma reforma universitária: soberania da assembléia universitária de alunos, professores e funcionários; poder tripartite subordinado à assembléia universitária; eleição direta e com mandato revogável de todos os cargos; autonomia universitária (a assembléia universitária delibera sobre o orçamento e o estado financia a universidade tributando os capitalistas).

4) Pela formação de uma corrente proletária na educação, que se baseie num programa revolucionário que aponte a necessidade da destruição do capitalismo e construção do socialismo, única forma de superar de fato a divisão entre teoria e prática imposta à educação pelo modo de produção vigente, e dar as condições materiais para que o homem se liberte, se transforme ao transformar a realidade que o cerca.



Os Primeiros Trotskistas do Brasil - V

Dando continuidade a história do trotskismo no Brasil, veremos como os bravos membros da Liga Comunista Internacionalista, seguindo os ensinamentos do Programa de Transição da IV Internacional, redatados por Leon Trotsky, travaram a luta contra o fascismo, na sua versão brasileira o integralismo. Lembraremos um episódio onde os integralistas tentaram comemorar o segundo aniversário da Ação Integralista Brasileira (AIB), invadindo as sedes de vários sindicatos localizados no centro da capital paulista e foram rechaçados pelas forças anti-fascistas, agrupadas na Frente Única Antifascista (FUAF) e que ficou conhecida como a revoada dos galinhas verdes, nome que a esquerda deu aos integralistas devido a camisa verde oliva que usavam.

A Revoada dos Galinhas Verdes

O dia 7 de outubro de 1934 foi de extrema agitação. Desde às 8 horas da manhã, os grupos antifascistas organizaram suas ações. A princípio poucos. Eram elementos que serviam de ligação com os contingentes maiores que chegariam à Praça da Sé somente na hora do ato integralista, mas que já se concentravam em locais pré-determinados, como: o Largo João Mendes, o Pátio do Convento do Carmo, o Largo de São Bento, Praça Ramos de Azevedo.

Perto do meio-dia, as hostes integralistas realizaram uma marcha pela Rua Brigadeiro Luis Antonio, que ia desde a Avenida Paulista até a esquina com a Rua Riachuelo, onde se localizava a sede dos integralistas, em fila dupla, aproximadamente três mil pessoas. Da Estação do Norte (hoje Estação Roosevelt, a estação ferroviária do Brás), centenas de integralistas, vindos do interior e do litoral, desembarcavam dos trens.

Às 13 horas, os primeiros contingentes da cavalaria e da infantaria da Força Pública iniciaram a ocupação da Praça, distribuindo pelotões por todas as entradas. Às 14 horas, a polícia começou uma operação "Pente Fino" nos prédios da praça, principalmente no Santa Helena e no Equitativa, onde se localizavam inúmeras sedes de sindicatos (estas eram revistadas, lacradas e guardas eram postados em suas portas, impedindo a entrada de quem quer que fosse). Após a revista, aproximadamente 400 policiais do 1º, 2º, e 6º Batalhão de Infantaria, do Regimento de Cavalaria e do Corpo de Bombeiros, estavam na Praça. A Guarda Civil também estava presente com um grande efetivo de homens armados de fuzis e metralhadoras.

O dispositivo policial deu ânimo aos integralistas para que iniciassem sua entrada triunfal, enviando moças e crianças uniformizadas, desfraldando as bandeiras com o Sigma no centro, da Rua Senador Feijó para a escadaria da Catedral, entoando seus hinos.

Nesse momento, surgiu o primeiro conflito. Ao iniciar

os hinos, os grupos antifascistas começaram a vaiar e a gritar "que morras" e "fora galinhas verdes", alguns integralistas reagiram e se estabeleceu um princípio de tumulto, o que fez com que um policial não conseguisse controlar sua montaria, e esta acabou atropelando uma metralhadora, cujo tripé fora montado na esquina da Rua Senador Feijó, que lançou uma rajada de balas, acertando em cheio três guardas civis, um deles fatalmente.

Após quinze minutos, o pânico reinante na hora dos disparos foi substituído por uma relativa calma, foi neste momento que o grosso das hostes integralistas entrou na Praça contornando o fundo da Catedral, pelo largo João Mendes, aparecendo pelo lado do Santa Helena e ocupando as escadarias.

Ao perceber a concentração, Fúlvio Abramo subiu no pedestal da coluna frontal do Prédio da Equitativa e iniciou um discurso conclamando os antifascistas a que não deixassem que os integralistas tomassem a Praça. Mal iniciou seu discurso, foi forçado a sair correndo do seu palanque improvisado, por uma saraivada de balas. Alguns membros da juventude comunista e da LCI armados começaram a revidar a artilharia. Quando tentava dar cobertura a Fúlvio, Pedrosa foi atingido nas nádegas. O militante da juventude comunista Décio Pinto de Oliveira recebeu um tiro fatal na nuca. Nesse local, cerca de 16 militantes antifascistas foram gravemente feridos e três da Força Pública foram mortos. A batalha continuou cada vez mais intensa. A fuzilaria partiu de todos os lados. Houve, inclusive, instantes onde uma parcela da Força Pública passou a intervir contra os integralistas.

Enquanto a maioria dos integralistas fugia desesperada por todos os cantos da cidade (contam que, no dia seguinte, diversas camisas verdes, largadas por seus donos, foram encontradas em diversos pontos da cidade, ficando esse fato conhecido como a "revoada dos galinhas verdes"), um grupo minoritário continuou a resistir na Sé, mas acabou se retirando para o Largo do São Francisco pela Rua Senador Feijó, protegido pela polícia, que bloqueou todas as entradas com um contingente fortemente armado. Esse grupo exigiu a continuação do comício, entretanto a polícia resolveu proibi-lo definitivamente, obrigando os integralistas a desocuparem o Largo. Enquanto isto, Plínio Salgado permaneceu todo tempo do conflito abrigado em sua sede, derramando lamúrias, e, desde esse dia, o movimento "camisa verde" não teve mais ânimo de exibir suas ambiciosas pretensões em São Paulo.

Movimento Operário



Já chegou!

Revista

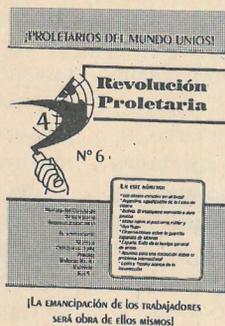
Revolução

Proletária

nº 6

Adquira com o distribuidor
deste jornal

R\$ 4,00



Diadema

Saiu o Número dois do "Nossa Luta Pela Terra"

O Boletim do "Movimento Socialista Independente Pela Terra" traz uma série de denúncias contra a falsificação de Covas e o seu Projeto de moradia popular, além de convocar o movimento para pressionar o governo. Abaixo publicamos alguns artigos.



Abaixo o Massacre nos Sem-Terra de Rondônia.

Vamos nos reunir neste momento que os próprios governos estaduais, estaduais e municipais, estão tentando nos pagar, que separem os camponeses pobres da sua terra. Os camponeses quando expulsos de suas terras procuram ocupar as áreas degradadas dos latifundiários. É o movimento que está lutando a posse legítima, é esta relação que tem de ser colocada à luz pública para que se possa...

Plenária Com Covas dos Movimentos por Moradia.

No dia 8 de agosto tivemos em Brasília um encontro de plenária com o objetivo de discutir o movimento de luta pela moradia. O encontro foi realizado no Hotel Copacabana Palace, com a presença de cerca de 100 participantes de várias cidades. O encontro foi muito proveitoso e serviu para esclarecer a situação da luta pela moradia em todo o Brasil. Foi decidido que se realizaria uma campanha de luta pela moradia em todo o Brasil, com o objetivo de pressionar o governo para que cumprisse suas obrigações. Foi também decidido que se realizaria uma reunião de plenária em Diadema, para discutir a situação da luta pela moradia na cidade e no Estado de São Paulo.

Diário do Diário Popular PF Investe Apropriação de Dinheiro no ABC

A Polícia Federal está investigando o Movimento Nossa Luta Pela Terra de Associação de Zona Sul de Diadema. O caso é considerado grave, pois envolve a apropriação de dinheiro para a construção de moradia. O movimento tem sido acusado de desviar recursos para outros fins. A investigação está em andamento e se espera que seja concluída em breve.

O Governo Covas e Seu Fabuloso Mutirão e Autogestão.

Para o governo Covas é bem mais fácil e barato construir moradia popular em mutirão. A obra leva bastante tempo, até vários anos para se finalizar, se é que se finaliza. O governo gasta bem menos. Sem falar da corrupção que acontece na distribuição do dinheiro para os movimentos de moradia, e também entre os próprios dirigentes do movimento.

Em Diadema, o mutirão não funciona, temos um exemplo do Jardim Gazuza, onde iniciaram a construção há 6 anos e só conseguiram construir 100 apartamentos.

A Comissão de nosso movimento esteve no CDHU reivindicando a construção de moradia por "Frente de Trabalho", como no caso dos predinhos da Vila Socialista, mas o CDHU disse que o nosso movimento estava na contra-mão e que não tem nenhum projeto de habitação para Diadema.

Nosso movimento reivindica a construção

família pague o valor correspondente já na terra construindo sua moradia.

Nova Ida ao Governo.

Dia 12 de setembro iremos em caravana novamente ao governo cobrar respostas ao documento protocolados no dia 12 de agosto onde exigimos:

- 1) Construção de apartamentos pelo regime de frentes de trabalho financiados.
- 2) Financiamento de terra e repasse de lotes urbanizados.
- 3) Entrega imediata dos apartamentos que já estão prontos. Os sem-teto não irão esperar mais.

O governo será o responsável pelo que ocorrer.

CARAVANA AO PALÁCIO DIA 12 DE SETEMBRO ÀS 8:00 HRS. SAÍDA NO LOCAL DAS ASSEMBLÉIAS NA VILA SOCIALISTA.

Judiciário: Organizar a Luta.

Exigir dia 15 no Palácio nossos direitos.

No dia 1º de setembro foi realizada uma reunião preparatória para o encontro nacional do judiciário, que discutirá uma campanha de luta contra os pontos da reforma constitucional que atingem diretamente os trabalhadores do judiciário (fim da estabilidade etc.).

A assembléia foi convocada por muitas entidades (Associação dos Oficiais de Justiça, Associação dos Funcionários do judiciário da baixada Santista, Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça, Associação dos Escreventes de Cartório, Associação dos Servidores e Funcionários do Tribunal de Alçada Criminal, Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário, Associação dos Assistentes Sociais e Psi-

cólogos do Tribunal) e teve uma boa presença, mais de 100 companheiros.

É bom frisarmos que a reunião estava marcada para às 10 Hrs, isto é, onde a maioria da categoria esta prestes a iniciar o trabalho e que foi má convocada, no Fórum da Fazenda Pública e Acidentes de Trabalho o material de convocação foi entregue sexta às 11Hrs, isto é, 1 hora depois da reunião se iniciar.

A reunião foi um verdadeiro circo, ficou evidente que a união destas entidades para uma luta contra o fim das conquistas da classe foi demagógica, cada entidade queria se autopromover e vários dirigentes queriam aparecer visando se candidatar às eleições do ano que vem. O resultado disto foi uma grande briga aparelhista, onde não faltaram as baixarias, deixando de lado o debate das questões essenciais.

A única proposta que unificava a burocracia foi a de canalizar a inquietação dos judiciários para pressionar o parlamento, ao invés de organizar a luta. A intervenção da base fez com que alguns passos de luta fossem dados, contrariando as posições da burocracia. Foi tirada

uma assembléia estadual no final do mês para debater o Plano de Lutas e, principalmente, a paralisação no dia 15 em conjunto com os professores e demais funcionários públicos para a ida até o Palácio exigindo a manutenção de nossos direitos.

Teve importância nesse processo a intervenção da recém-construída frente pela reconstrução de um sindicato de luta, que procurou se diferenciar da burocracia e mostrar um caminho a classe.

Ao final do encontro, os trabalhadores de base ficaram indignados com a disputa aparelhista das entidades. Está claro que o clamor das bases é pela unificação da categoria, assim como do mesmo modo ficou evidente que as entidades representadas não teriam condições de levar a cabo tal tarefa, visto que tratam-se de burocracias reacionárias voltadas aos seus interesses mesquinhos de casta. Demonstrou-se mais uma vez a necessidade da reconstrução de um sindicato de, luta que unifique o judiciário e que coloque em cheque a política desta casta burocrática, enterrando-a de vez.

Movimento Operário



Imperialismo reforça intervenção na Bósnia

Depois de dois anos de ataques sérvios às cidades muçulmanas bósnias, o imperialismo passa à ofensiva. França e Inglaterra estimulam as tropas croatas a esmagarem os sérvios na Krajina, e tropas da ONU atacam os sérvios na Bósnia. O imperialismo vai reforçando sua intervenção, para colocar a ex-Iugoslávia sob seu controle.

A Iugoslávia foi dividida em vários países. Os sérvios, de origem eslava, espalharam-se por toda a região durante o domínio de Tito. Assim, formam uma parte importante da população em outros países como na Croácia e na Bósnia. Na Croácia, há dois anos, chegaram a declarar a região da Krajina independente. Na Bósnia, representam um terço da população, e estão rebelados contra o governo bósnio, procurando submeter os muçulmanos, maioria da população, ao poder da Sérvia.

A ONU intervém na região desde 1991. O argumento do imperialismo é o de que havia necessidade de proteger cidades de massacres. Mas o que ocorreu foi justamente o contrário, onde havia intervenção da ONU é que se fixaram os pólos de maiores combates.

Para o imperialismo, interessa a divisão entre as nações, sob seu controle. Assim, a divisão da Iugoslávia foi apoiada com objetivo de repartí-la em áreas de influência americana, inglesa e francesa. A região da Bósnia, por exemplo, é interessante pelo seu vínculo com o Oriente Médio, fonte de petróleo mundial.

A guerra preocupa o imperialismo porque ocorre na Europa e pode evoluir para guerras civis que levantem as massas contra qualquer opressão estrangeira.

As frações da burocracia estalinista falida disputam o controle da região, e buscam apoio das frações do imperialismo.

As massas sofrem com as conseqüências diretas da guerra e com a submissão ao imperialismo. A única forma de acabar com a guerra sem a opressão de um país pelo outro é a expulsão do imperialismo e a derrubada da burocracia vendida. A autodeterminação das nações eslavas, croatas e muçulmanas depende de que rechacem a intervenção estrangeira sob a máscara da ONU e liquidem os restos do estalinismo através da revolução política, que leve ao poder operário (ditadura do proletariado).

As correntes de esquerda que passaram a defender a ajuda militar à Bósnia, porque estava sendo massacrada pelos sérvios, fizeram objetivamente um bloco com o imperialismo. Agora, que os sérvios estão sendo massacrados pelos croatas armados pelo imperialismo e pelas tropas da ONU, vão mudar de lado? Ou vão apoiar o massacre aos sérvios

A luta antiimperialista e anticapitalista é o caminho para a autodeterminação e a livre cooperação entre as nações. A defesa verdadeira do direito de autodeterminação dos muçulmanos contra a opressão sérvia passa pela luta contra a intervenção imperialista. Por isso o marxismo-leninismo-trotskista se coloca claramente:

Fora o imperialismo da ex-Iugoslávia!

Que as nações possam resolver seus próprios problemas!

Internacional

Realizada a reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional

De 19 a 20 de agosto, foi realizada a reunião do Comitê de Enlace, em La Paz, Bolívia. No informe das seções, se constatou que avança aceleradamente a crise capitalista nas semicolônias, esmagadas pela ofensiva colonizadora do imperialismo. As massas têm procurado reagir ao esmagamento de suas condições elementares de vida. Porém, em ritmo diferenciado em cada país, pesando nesse sentido o problema da direção revolucionária.

O país em que a luta de classes mais tem avançado em direção à revolução proletária é a Bolívia, onde o proletariado tem amadurecido devido a presença do Partido Operário Revolucionário, trotskista. Este fato aumenta a responsabilidade do POR e agudiza a auto-crítica das falhas que bloqueiam o partido encarnar a direção física das massas. Expomos um trecho do informe: "Os últimos acontecimentos do país corroboraram plenamente com a linha política do POR e o potenciaram enormemente no aspecto político. Sem dúvida, revelaram as grandes falhas organizativas do partido, que têm relação com a pouca ou defeituosa assimilação do programa. Chegou-se à conclusão de que esses acontecimentos acabaram paralisando a Organização, pois as células não conseguiram viver e se desenvolver no seio das massas, como organizações por locais de trabalho".

No informe da seção da Argentina, foi analisada a diretriz pró-imperialista do governo Menen e o quadro calamitoso de desemprego. Concluindo-se que a tendência é de agravamento da luta de classes, como tem demonstrado as revoltas em várias províncias. Ao se fazer um balanço sintético das eleições presidenciais, constatou-se que "a esquerda obteve a pior votação dos últimos anos com porcentagens inferior a 1%". O voto dos partidos da burguesia refletem "a permanência das ilusões democráticas nas massas". Consideração essa de extrema importância para o desenvolvimento da tática revolucionária entre os

trabalhadores. O Comitê de Enlace recomenda à seção argentina que aprofunde a compreensão do papel do peronismo no processo político.

Na Espanha, está no começo ainda a formação de um núcleo trotskista pelo Partido Mundial da revolução socialista. Mostrou-se o aprofundamento da crise econômica e a conseqüente desintegração do governo do PSOE. Constatou-se que "a classe operária se encontra em uma situação de debilidade diante da ausência de uma direção classista e revolucionária, sendo capaz de dar respostas violentas, mas muito pontuais e carentes de uma coordenação". A tarefa central é pôr em pé uma organização pela IV Internacional, que implica, entre outras tarefas centrais, "a necessidade de caracterizar corretamente a história do país, suas características sociais e assimilar a experiência da Revolução Espanhola de 1936".

Em relação ao Brasil, se analisou os últimos acontecimentos da crise aberta no interior da aliança PSDB/PFL, que sustenta o governo FHC. Verificou-se que "se abre uma crise no seio do governo de FHC com a intervenção estatal para salvar o Banco Econômico da Bahia". E que "a crise se caracteriza por uma luta entre frações burguesas, que têm relação com o problema histórico da unidade nacional e com a implementação do plano neoliberal, que leva à quebra de alguns setores capitalistas para salvar outros". Enfatizou-se o significado revolucionário da greve dos petroleiros e da tendência a um ascenso mais



generalizado do proletariado e outros setores dos explorados. O papel traidor do PT, que dirige a CUT e o MST, se mostra cabalmente no acontecimento do massacre de Rondônia.

No informe escrito do Comitê de Enlace se diz: "Devemos assinalar o massacre dos camponeses de Rondônia pelas forças policiais. Os reformistas seguem a linha da conciliação de classes, inclusive com a bandeira de reforma agrária. Os violentos choques no campo demonstram que a saída tem de ser a revolução proletária. Nos acontecimentos de Rondônia, ficou clara a responsabilidade dos reformistas (PT) que ocupavam a Secretaria da Agricultura do governo Raupp". A diretriz de combate acirrado ao reformismo petista é fundamental para a construção do Partido Revolucionário.

Um aspecto importante da discussão sobre o Brasil foi o desenvolvimento da T.POR. Seu conteúdo se concentrou na importância de se compreender o papel da propaganda na fase de desenvolvimento do embrião revolucionário para a constituição de um partido enraizado nas massas. Essa mesma orientação serve a todas as

demais seções em desenvolvimento.

Uma série de resoluções internacionais foram aprovadas, entre elas destacamos:

1) Campanha contra a intervenção do imperialismo na guerra da ex-Iugoslávia, defendendo a bandeira de Fora do imperialismo e auto-determinação das nacionalidades.

2) Sobre Cuba, diz a resolução: "O proletariado não chegou ao poder, mas o castrismo através de seu submetimento ao estalinismo deu lugar a um suís generis Estado Operário degenerado. Sua situação atual se deve a seu submetimento à política internacional contra-revolucionária do estalinismo e ao fracasso da tática foquista, que nada tem a ver com a luta do proletariado no seio das massas. Agora, Castro mantém um governo que impulsiona o retorno do capitalismo em Cuba, procurando que os Estados Unidos rompam seu bloqueio comercial através do apoio dos governos burgueses. Já não tem nada a ver com o movimento revolucionário internacional. Somos contra essa política, mas defendemos Cuba frente ao bloqueio e à ofensiva imperialistas. Nossa consigna central é a revolução política, a luta pela ditadura do proletariado em Cuba".



55 anos da morte de Leon Trotsky

A T.POR realizou em Diadema uma palestra-debate em torno dos 55 anos da morte de Trotsky. O expositor porista fez uma análise de conjunto do Programa de Transição da IV Internacional, deixado por Trotsky. Enfatizou a tese de que as condições objetivas para a revolução socialistas estão mais do que amadurecidas, estão já apodrecidas. E que o problema se concentra na "crise de direção". Explicou que essa crise de direção foi o resultado do triunfo de Stalin no interior do Estado Operário Russo, contra a Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky.

A estalinização da Revolução Russa abriu caminho para a restauração capitalista e para a derrota do movimento revolucionário internacional. Com o princípio do "socialismo em um só país", contrário ao internacionalismo proletário, Stalin levou a economia soviética para um beco sem saída. No plano político, estabeleceu laços de colaboração com uma fração do imperialismo, considerada democrática. A adoção da tática das frentes populares, no 7º Congresso da Internacional Comunista,

em 1935, indicou que o estalinismo iria a fundo na colaboração com a burguesia "democrática" e na liquidação dos Partidos Comunistas.

Esse Congresso foi considerado por Trotsky como o congresso de liquidação da III Internacional de Lenin. A burocratização do Partido Comunista Russo, a instalação da ditadura estalinista em substituição à ditadura do proletariado, a revisão estratégica do programa bolchevique e da III Internacional e a destruição física de toda vanguarda dirigente da Revolução Russa pulverizaram os avanços na construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Isso explica historicamente a crise de direção.

Foi enfatizado o prognóstico de Trotsky de que o capitalismo levaria (e levará) a humanidade à barbárie, caso o proletariado não se insurgisse e implantasse o socialismo. O Programa de Transição foi escrito em 1938. Nesse período, o nazi-fascismo estava em ascensão, indicando o curso da barbárie. Em 1939, um ano depois do Programa de Transição e um ano antes do assassinato de Trotsky, sobreveio a II Guerra Mundial, expressão elevada da barbárie. Demonstrou-se que, na atualidade, o capitalismo se direciona para o mesmo horizonte de 1939-45.

Um outro ponto muito debatido foi o método do Programa de Transição, retomado das teses sobre a tática dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. Este consiste na ligação indissolúvel entre as reivindicações mínimas (programa mínimo) e as tarefas socialistas (programa máximo). Trotsky critica a separação das reivindicações



elementares (salário, emprego etc) da estratégia da revolução proletária, como fez a velha social democracia.

O Programa de Transição é justamente o programa construído na inter-relação das reivindicações econômicas com a tarefa de expropriação revolucionária dos meios de produção e instalação da ditadura do proletariado. Explicou-se que as massas se elevarão para o socialismo através de suas necessidades básicas, constantemente liquidadas pelos capitalistas.

Nesse mesmo sentido, se analisou a importância decisiva da estratégia programática. Não se pode construir um partido marxista sem que se construa o programa que tenha por estratégia a ditadura do proletariado. Observou-se que freqüentemente as correntes de esquerda ludibriam os princípios da ditadura do proletariado de diversos modos. Expôs-se os principais pontos do Programa de Transição, como a escala móvel de salários e trabalho etc.

Concluiu-se com o princípio do internacionalismo proletário, como fundamento essencial da doutrina do socialismo científico.

O debate foi caloroso, demonstrando a riqueza do marxismo e a importância de sua continuidade através do leninismo-trotskyismo.